

COOPERATIVAS GAÚCHAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar¹
Júlia Elisabete Barden²
Carlos Cândido da Silva Cyrne³

Resumo: Este artigo objetiva analisar as contribuições das cooperativas gaúchas, independentemente do seu ramo de atuação, para o desenvolvimento local no período recente. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem quanti-qualitativa, os dados utilizados são provenientes de bases de dados secundárias como a Relação Anual de Informações Sociais, bem como de informações produzidas pelo próprio segmento do cooperativismo, por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras. Os resultados demonstram que ao longo do tempo o cooperativismo tem se fortalecido, está presente em todo o território gaúcho e tem contribuído para o desenvolvimento do Estado, seja pelo impacto direto na economia via geração de riquezas ou por meio de ações realizadas junto às comunidades em que atuam, contudo não se dispõe de informações para avaliar sobre a efetividade destas ações.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Comunidades. Rio Grande do Sul. Agenda 2030.

COOPERATIVES IN RIO GRANDE DO SUL AND LOCAL DEVELOPMENT

Abstract: This paper aims at analyzing the contributions of cooperatives to the local development. The research is exploratory and descriptive in nature with a quantitative-qualitative approach. The data used come from secondary databases such as the Annual Report of Social Information or were produced by the cooperative segment itself, the Organization of Brazilian Cooperatives. The results show that over time, cooperatives have been strengthened, are present throughout the state of Rio Grande do Sul and have contributed to the development of the state, whether through direct impact on the economy through wealth generation or through actions carried out in the communities in which they operate. However, there is no information to assess the effectiveness of these actions.

Keywords: Cooperativism. Communities. Rio Grande do Sul. 2030 Agenda.

¹ Universidade do Vale do Taquari – Univates, Docente da Univates, Lajeado/RS, Brasil, fernanda@univates.br, <https://orcid.org/0000-0003-3138-7386>.

² Universidade do Vale do Taquari – Univates, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD, Lajeado/RS, Brasil, jbarden@univates.br, <https://orcid.org/0000-0002-9818-1844>.

³ Universidade do Vale do Taquari – Univates, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD, Lajeado/RS, Brasil, cyrne@univates.br, <https://orcid.org/0000-0002-1025-1685>.

COOPERATIVAS GAUCHAS Y DESARROLLO LOCAL

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones de las cooperativas al desarrollo local. La investigación es exploratoria y descriptiva con un enfoque cuantitativo y cualitativo. Los datos utilizados provienen de bases de datos secundarias como el Informe Anual de Informaciones Sociales o fueron producidos por el propio segmento cooperativo, la Organización de Cooperativas Brasileñas. Los resultados demuestran que a lo largo del tiempo, el cooperativismo se ha fortalecido, está presente en todo el estado de Rio Grande do Sul y ha contribuido al desarrollo del estado, ya sea por el impacto directo en la economía vía generación de riqueza o por acciones realizadas en las comunidades en las que actúa. Sin embargo, no existe información para evaluar la efectividad de estas acciones.

Palabras clave: Cooperativismo. Comunidades. Río Grande del Sur. Agenda 2030.

Introdução

Nas últimas cinco décadas, em consequência do agravamento da crise ambiental, a busca por um desenvolvimento local sustentável, compatível com os limites ambientais e capaz de garantir o bem-estar social, tem despertado debates da comunidade internacional e levado à publicação de estudos e relatórios que contextualizam a situação e estabelecem diretrizes a serem perseguidas. Neste sentido, destacam-se a publicação, pelo Clube de Roma, do Relatório Limites do Crescimento (1972); a realização da Conferência de Estocolmo (1972), que resultou na criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, posteriormente, na publicação do Relatório Brundtland (1987); a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92 (1992) e da Rio+20, esta última que resultou no documento "O futuro que queremos". Autores têm se debruçado para discutir e determinar em que consiste o desenvolvimento local, como Canquerino e Bertolini (2019) que pressupõem que é necessário levar em conta a valorização do indivíduo e o atendimento de suas necessidades fundamentais, orientado a partir de ações elaboradas e usufruídas pelo próprio local.

Neste contexto, as cooperativas, que são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e gerida democraticamente (ICA, 2022), ocupam um espaço importante,

dados os princípios e valores que as norteiam; o modo de atuação e o caráter diversificado das suas atividades desenvolvidas. Em relação aos princípios, destaque para o sétimo que é denominado “interesse pela comunidade”, por meio do qual as cooperativas reafirmam seu compromisso com a sociedade e com o ambiente (Alves, 2003 *apud* Silva, Búrigo e Cazella, 2021, p. 59).

Tendo isso presente, esse artigo busca analisar as contribuições das cooperativas gaúchas para o desenvolvimento local, no período recente, alinhando-se à concepção multidimensional de desenvolvimento local defendida por Buarque (2002), Sachs (2008), Canquerino e Bertolini (2019). Marques e Costa, 2021, apontam para um conceito de desenvolvimento local que o considera um processo endógeno, de transformação que mobiliza as potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais de uma unidade socioterritorial delimitada, a partir da participação ativa dos atores locais, promovendo ações coletivas para dinamizar socioeconomicamente a região, gerar emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, sem comprometer a base dos recursos naturais que sustentam o território.

Conforme a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo visa contribuir com o desenvolvimento das comunidades locais, a inclusão financeira, a erradicação da pobreza, o uso responsável de recursos naturais, entre outras práticas que contribuem para o alcance de um desenvolvimento sustentável (OCB, 2018). Nas comunidades e regiões em que estão inseridas, as cooperativas desempenham um papel econômico e social fundamental por meio da geração de empregos, renda e impostos (Sescoop/RS, 2022a). Além disso, Londero, Stranzani e Santos (2019) ressaltam a importância de as cooperativas atuarem não apenas em prol do desenvolvimento econômico e social de seus cooperados, mas também de todas as partes envolvidas no negócio.

Quanto à expressão numérica, em 2023, o Brasil possuía 4.509 cooperativas com registro ativo, divididas em sete ramos (Agropecuário; de Consumo, de Crédito; Saúde; de Infraestrutura; de Trabalho e Produção de Bens e Serviços; e de Transporte), com destaque para as agropecuárias (26,1%), de transporte (17,5%), saúde (15,6%) e de crédito (15,5%), congregando mais de 23,452 milhões de cooperados e empregando 550.611 funcionários em diferentes setores econômicos. Dentre as unidades da federação, os estados que mais possuem cooperativas são,

respectivamente: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em relação a quantidade de cooperados, tem-se: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (OCB, 2024).

Vale destacar que neste mesmo período o estado do Rio Grande do Sul (RS) contabilizou aproximadamente 3,8 milhões de cooperados distribuídos em 370 cooperativas, vinculados especialmente aos ramos de crédito, agropecuário e transporte. No ramo agropecuário eram 95 cooperativas, com 269.921 cooperados, 39.030 empregados e ingressos no montante de R\$ 48,6 bilhões (SESCOOP, 2024). Estimativas apontam que 53,4% da população gaúcha está de alguma forma envolvida com o cooperativismo (Sescoop/RS, 2022).

Sendo assim, diante da presença e representatividade do modelo cooperativo no Estado do RS, justifica-se à produção de conhecimento acerca desta temática para esta região. E, considerando a capacidade das cooperativas em auxiliar na promoção do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, dos territórios, este trabalho tem por objetivo analisar a contribuição das cooperativas gaúchas para o desenvolvimento local e das comunidades em que estão inseridas sem privilegiar uma dimensão específica.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa abarcou as cooperativas de gaúchas de forma agregada, tomando por base os dados disponibilizados pela OCB, pois todas compartilham sua identidade normativa ancorada nos sete princípios do cooperativismo o que permite uma comparação entre os diferentes ramos e captar tendências sistêmicas do movimento cooperativista.

O trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na sequência apresenta-se uma revisão de literatura sobre o cooperativismo e o seu interesse pelo desenvolvimento das comunidades. A terceira seção expõe os procedimentos metodológicos. Após, é realizada a análise dos resultados encontrados e por fim, são apresentadas reflexões finais.

O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento local

Conforme consta na Declaração sobre a Identidade Cooperativa, uma cooperativa é uma “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por

meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada” (ICA, 2022, p. 02).

As cooperativas caracterizam-se como uma organização apoiada no trabalho cooperativo, fortalecendo a participação social (Vila Pérez *et al.*, 2021) e a autogestão (Singer, 2002). Para o autor, a autogestão transforma as empresas solidárias em espaços de interação democrática e igualdade. “A autogestão tem como mérito principal não à eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza” (Singer, 2002, p. 21). Contudo, por vezes, quando a cooperativa tem êxito econômico, os cooperados podem apresentar a lei do menor esforço e se afastar das decisões, o que promove a degeneração da autogestão, pois as decisões ficam concentradas nos gestores.

Segundo Carvalho *et al.* (2017, p. 10), a baixa participação dos cooperados no processo de governança também pode estar relacionada “a falta de um sistema adequado que possa despertar nos associados a verdadeira educação cooperativista”, o que prejudica o cooperado e distorce o verdadeiro sentido cooperativista. Esse é um ponto crítico a ser enfrentado pelo movimento cooperativista como forma a mitigar a possibilidade de perda da identidade cooperativista e transformação das cooperativas em empresas com fins lucrativos e desconectadas das necessidades de seus cooperados.

Guadaño, Millan e Pedroza (2020) afirmam que no cooperativismo, o principal objetivo é criar valor para todas as partes interessadas, ao contrário da lógica do modelo de negócio tradicional, onde o objetivo final é maximizar o lucro e criar valor para o acionista. Cooperativas são organizações orientadas para a comunidade e governadas por “uma lógica de cuidado”, mais do que “uma lógica de lucros”, presente na economia convencional (Daya e Authar, 2012, p.887).

A identidade cooperativista é baseada em princípios e valores, cuja versão atual foi revisada e aprovada em 1995. Atualmente, sete são os princípios que orientam as cooperativas: 1. Adesão livre e voluntária; 2. Gestão democrática; 3. Participação e controle econômico pelos associados; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação entre as cooperativas; 7. Interesse pela comunidade. Já entre os valores estão: autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, por isso os

cooperados assumem valores éticos de honestidade, abertura, responsabilidade social e respeito ao próximo (ICA 2022). Os princípios cooperativistas são essenciais para a identidade de uma cooperativa, servindo como um guia para o seu funcionamento. Eles representam um modelo de comportamento que deve ser considerado no seu conjunto, e não de forma independente.

Barreto e Paula (2009) realizaram um estudo sobre a identidade cooperativista e chegaram às seguintes considerações: os princípios que foram identificados de forma satisfatória dizem respeito à participação econômica dos cooperados e à autonomia e independência. Quanto aos demais princípios, constataram que: nem sempre existe a livre adesão, dado que são estipulados critérios para a entrada de novos cooperados; a autogestão é parcial tendo em vista os controles existentes e a concentração do poder na presidência das cooperativas; uma baixa adesão dos cooperados para a formação cooperativista; raras são as atividades de intercooperação entre as cooperativas; e por vezes, inexistem atividades voltadas para as comunidades.

Para os mesmos autores, um fato relevante para o não cumprimento dos princípios cooperativistas está, por vezes, relacionado ao fato de que muitas cooperativas surgem a partir do fechamento de empresas. Nestas circunstâncias, os valores e práticas que caracterizam o cooperativismo não estão presentes, ao invés disso, carregam-se resquícios da cultura organizacional anterior, reproduzindo a lógica de funcionamento hierarquizada e centralizada na tomada de decisões. Essas disfunções comprometem a essência transformadora do cooperativismo, em especial no que diz respeito ao sétimo princípio (interesse pela comunidade) com a ausência de práticas voltadas para o desenvolvimento da comunidade na qual a cooperativa está inserida. Tornam-se empresas travestidas de cooperativas, desvirtuando a finalidade original do movimento cooperativista e convertendo-o em mero instrumento de sobrevivência econômica, desprovido de seu compromisso com a emancipação coletiva e com a solidariedade socioeconômica que lhe é fundacional (Barreto e Paula, 2009).

Dentre os princípios, vale destacar o sétimo, interesse pela comunidade, em que as cooperativas devem se preocupar em promover desenvolvimento sustentável da comunidade em que estão inseridas, gerando riqueza em seu ambiente para atender às necessidades de suas diversas partes interessadas. Pela sua natureza,

Bastida *et al.* (2020) entendem que as cooperativas realizam essas atividades de forma responsável e sustentável, sem renunciar à sua rentabilidade econômica. Corroborando, Marques e da Costa (2021) afirmam que os princípios do cooperativismo estão alinhados com o propósito do desenvolvimento local, visto que engloba um conjunto de pessoas unidas e interessadas em reconhecer e resolver problemas cotidianos.

Assim, as cooperativas são organizações administradas por seus membros, com o objetivo de resolver necessidades e promover benefícios sociais e econômicos para seus cooperados, bem como para a comunidade em que se desenvolvem (Stol, Poon; Hamilton, 2014; Díaz De León *et al.*, 2021). Marques e da Costa (2021, p. 536) destacam que, “quando um sistema cooperativo é implantado em uma localidade, há o desenvolvimento na comunidade, proporcionando ganhos significativos, agregando renda à população e, por consequência, propiciando melhoria na qualidade de vida dos envolvidos”.

Neste contexto, o cooperativismo reúne condições para contribuir com o desenvolvimento local, definido como sendo originado a partir de pequenos espaços territoriais e um coletivo de pessoas empenhadas com o desenvolvimento socioeconômico da população, visando melhorar o bem-estar da sociedade e da economia local (Buarque, 2002). De maneira complementar, “o desenvolvimento local implica necessariamente a valorização da cultura local, compreendendo nisso os costumes, as normas legais, a participação das pessoas na resolução dos problemas comunitários, bem como os esforços sinérgicos emanados das potencialidades individuais e coletivas” (Marques e Costa, 2021, p. 537).

As pressões do mercado tendem, ao longo do tempo, levar as cooperativas a tornarem-se semelhantes a outros tipos de empresa, particularmente às empresas capitalistas e consequentemente a uma crise de identidade devido à globalização (Ouro-Salim, 2018; Sommerville, 2007). Contudo, ainda assim, as cooperativas podem gerar impactos nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, enquanto: (a) agentes econômicos, geram empregos, meios de subsistência e renda; (b) organizações sociais, alicerçadas em objetivos comuns, ampliam a proteção e a segurança e colaboram para a igualdade e a justiça social; (c) conjunto de indivíduos, democraticamente administrados, auxiliam para a construção de comunidades e países (ILO 2014). Guadaño, Millan e Pedroza (2020) reforçam que

o cooperativismo pode ser considerado referência em termos de inovação social, visto que contribui para o empoderamento da população responsável por seu próprio progresso e desenvolvimento, e assim, para a sobrevivência dos territórios locais.

Estudos sobre cooperativas têm analisado os potenciais impactos econômicos, sociais e ambientais que estas possuem nas comunidades locais e, recentemente, a Agenda 2030, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem sido utilizada como categoria de análise. Por serem organizações socialmente responsáveis, centradas em pessoas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável, possuem um papel preponderante na implementação da Agenda 2030 (ICA; ILO, 2014; Gouveia, 2016; Barba Bayas; Morales Noriega, 2019; Castilla-Polo e Sánchez-Hernández, 2020). Os princípios e valores cooperativos valorizam o ser humano sobre o capital e são integralmente alinhados com os valores contidos nos ODS (igualdade, democracia, equidade, solidariedade) (Gouveia, 2016; Guadaño, Millan e Pedroza, 2020).

Nessa perspectiva, torna-se possível observar a relação existente entre o modelo cooperativo e a construção do horizonte do desenvolvimento local sustentável. Elkington (2012) desenvolveu o conceito *Triple Bottom Line* (TBL), que abrange três dimensões interligadas: ambiental, social e econômica. Essas dimensões, conhecidas como 3P's (*people, planet, profit*), visam garantir rentabilidade, promover bem-estar social e minimizar impactos ambientais. Assim, para as organizações de maneira em geral, a sustentabilidade é o resultado da integração dessas três dimensões, equilibradas e alinhadas.

Já para as cooperativas, segundo Barden *et al.* (2025), além das três dimensões, insere-se ainda a dimensão institucional que contém à identidade cooperativista e carrega a especificidade deste modelo.. De acordo com os autores, a “identidade cooperativista só se concretiza quando os sete princípios cooperativistas são aplicados nas quatro dimensões” (Barden *et al.*, 2025, p. 11). Assim, a identidade cooperativista está vinculada à sustentabilidade, e ambas se reforçam. Essa interação “opera como um ciclo orgânico e contínuo, no qual ambas se fortalecem, culminando na sustentabilidade do território” (p. 12). Esta dinâmica ocorre a partir da proximidade entre as cooperativas e a comunidade onde atuam, da constituição, da consolidação enquanto modelo de organização social, da construção conjunta na busca de soluções aos problemas comuns a todos, bem

como de sua característica de socialização de bens e capitais por meio do trabalho e do engajamento coletivo.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem quanti-qualitativa. O caráter exploratório tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (Gil, 2022) e obter uma maior compreensão e conhecimento (Malhotra, 2019). A pesquisa descritiva visa identificar a relação entre duas ou mais variáveis, neste caso, o cooperativismo e o desenvolvimento local das comunidades.

Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa seguiu as seguintes etapas e consultou as respectivas fontes:

a) Dados diversos sobre o cooperativismo no RS (quantidade de cooperativas, número de associados, faturamento, entre outros). Fonte: Expressão do Cooperativismo - Sescoop/RS, para os anos-base 2017 a 2024;

b) Análise das ações desenvolvidas pelas cooperativas do RS no Dia de Cooperar (Dia C) no período de 2017 a 2021, visando o atendimento dos ODS. O Dia C é um Programa Nacional para todo o sistema cooperativo brasileiro coordenado pela OCB e que ocorre anualmente. O objetivo do programa é celebrar e dar visibilidade ao modelo cooperativo através da execução de “iniciativas de responsabilidade social nas comunidades em que as cooperativas estão inseridas, por meio de ações voluntárias, ajudando, assim, pessoas a transformarem suas vidas” (Sescoop/RS, 2021, p. 4). As iniciativas propostas precisam estar vinculadas aos objetivos e metas da Agenda 2030, os ODS. Os dados foram disponibilizados pelo SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) por meio do seu Banco de Dados denominado SIS Dia C. O banco de dados apresenta informações sobre as características das ações desenvolvidas no Dia C pelas cooperativas brasileiras, por: tipo de cooperativa, ODS atendido, público beneficiado, voluntários envolvidos nas atividades, entre outras informações associadas. Também se consultou o website do Sescoop/RS para buscar informações complementares;

c) Os dados sobre o cooperativismo no RS e a atuação das respectivas cooperativas também foram analisados levando em consideração a perspectiva do

desenvolvimento sustentável citada por Schneider (2001), ou seja, a partir das três principais dimensões: ambiental, social e econômica. E ainda, ao considerar as ações das cooperativas no Dia do Cooperar (Dia C), levou-se em consideração as dimensões previstas para classificação dos 17 ODS, com a adição da dimensão institucional. Desta forma, a distribuição dos ODS segue a configuração prevista pela Agenda 2030:

- Dimensão Social: ações relacionadas às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10);
- Dimensão Ambiental: ações que tratam da preservação e conservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos (ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15);
- Dimensão Econômica: ações que abordam sobre o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia (ODS 8, 9 e 11);
- Dimensão Institucional: ações que dizem respeito a colocar em prática os ODS (ODS 16 e 17).

d) Dados sobre o mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul. Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. A RAIS fornece informações administrativas sobre todas as organizações que possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no país, as quais são responsáveis por fornecer informações sobre os contratos de trabalho formal a partir de sua realidade. Vale salientar que os dados disponibilizados pela RAIS são por setores da atividade econômica e não por ramo da atividade principal da cooperativa. Os dados foram coletados para o ano de 2020, em 30/08/2022, considerando-se os vínculos ativos e contratos mediante Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dois grupos de natureza jurídica: cooperativas e demais entidades (exceto cooperativas), os quais juntos representam as entidades empresariais, seguindo classificação disposta Manual de Orientação da RAIS: ano-base 2020 (Brasil, 2022), com o objetivo de comparar as características dos vínculos de trabalho gerados pelas cooperativas em relação às demais entidades empresariais.

Na próxima seção são apresentados os principais resultados e discussões relativas à pesquisa realizada.

Resultados e discussões

O cooperativismo tem se apresentado como um modelo que ao longo do tempo se fortalece e tem contribuído para o desenvolvimento do RS. Em 2017 eram 426 cooperativas, número que cresceu anualmente e alcançou 455 em 2020, contudo, em 2021, observa-se uma redução de 32 cooperativas em comparação ao ano anterior, a redução ocorreu nos seguintes ramos: agropecuário (23); crédito (10); transportes (8) e infraestrutura (1). O período foi de ocorrência da pandemia de Covid-19, que impactou os setores da atividade econômica, contudo outros movimentos ocorreram ao longo deste período que podem ter impactado, como o aumento da competitividade no setor agropecuário, como, por exemplo, na produção leiteira, bem como as modificações no sistema financeiro nacional, capitaneadas pelo Banco Central que levou a redução de instituições autorizadas a operar neste segmento. Ainda assim, o número de cooperados foi crescente no mesmo período, passando de 2,8 milhões de associados (2017) para 3,2 milhões no último ano (2021) e oportunizou a geração de 74,1 mil empregos diretos (crescimento de 5,8 mil novos empregos - 8,5% - em relação ao ano anterior). Em 2021, as cooperativas alcançaram um faturamento de R\$ 71,2 bilhões de reais, um aumento de 36,8% em relação a 2020, e as sobras apuradas foram da ordem de 3,6 bilhões (Sescoop/RS 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022a) (Tabela 1). O faturamento das cooperativas agropecuárias representou 56,3% do total dos sete ramos do cooperativismo no RS em 2023 e o valor das sobras das cooperativas agropecuárias equivaleu a 19,8% do total dos sete ramos do cooperativismo gaúcho (Sescoop/RS, 2024).

Tabela 1 - Dados sobre a expressão do cooperativismo gaúcho - 2017 a 2021

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Cooperativas	426	437	444	455	423
Cooperativas Agropecuárias	128	128	128	134	121
Número de Cooperados (milhões)	2,80	2,90	2,97	3,06	3,20
Número Cooperados Coop Agro*	333.378	350.200	343.700	343.200	336.271
Empregos diretos (mil)	61,80	63,80	64,60	68,30	74,10
Empregos diretos Coop Agro*	35.923	36.600	37.200	38.500	39.964
Salário (média - R\$)	2.171,00	2.178,53	2.461,60	2.460,00	-

Salário setor privado (média - R\$)	1.810,00	1.939,05	2.258,35	2.342,86	-
Faturamento (bilhões de R\$)	43,00	48,20	48,90	52,10	71,20
Contribuição aos cofres públicos (bilhões de R\$)	2,20	1,70	2,00	2,10	-

Fonte: Expressão do Cooperativismo Gaúcho - SESCOOP (2018; 2019; 2020, 2021 e 2022).

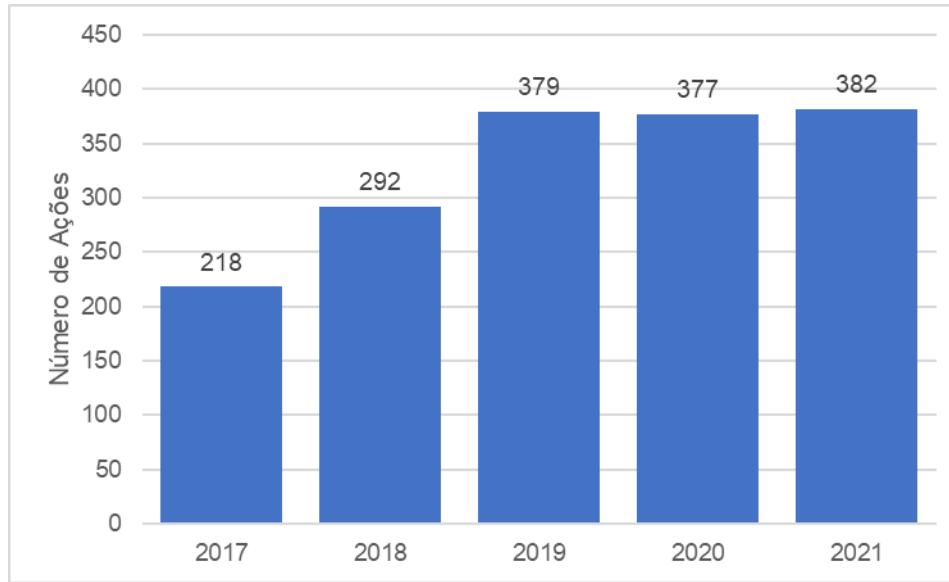
* Coop Agro - Cooperativas Agropecuárias.

Em termos de geração de renda, cabe destacar que o salário médio pago pelas cooperativas foi superior ao salário médio do setor privado em todos os anos analisados, sendo que em 2020 essa diferença foi de 5,0%, evidenciando a contribuição do sistema cooperativo para a geração de emprego e consequente geração de renda, inclusão financeira e auxílio na erradicação da pobreza (Sescoop/RS, 2021).

Além da contribuição direta na economia, é possível verificar que o cooperativismo colabora com ações voltadas para as comunidades. Entre estas ações está o Dia de Cooperar (Dia C), que é um movimento de responsabilidade social, de caráter nacional, que propõe o desenvolvimento de diversas iniciativas voluntárias, distintas e transformadoras, realizadas pelas cooperativas visando contribuir de forma proativa com o meio em que atuam (Dia C, 2022; Sescoop/RS, 2022b).

Nesse sentido, desde 2017, as ações do Dia C também passaram a estar vinculadas para o atendimento dos ODS, visando demonstrar sua preocupação com o cumprimento da Agenda 2030 e consequentemente, o desenvolvimento sustentável. No RS, as ações desenvolvidas pelas cooperativas gaúchas no Dia C, no período recente, indicam que estas têm sido crescentes, passando de 219 ações em 2017 para 382 em 2021, o que demonstra um crescimento de 74% (Gráfico 1). Embora se observe certa estabilidade no período de 2019-2021, as ações nos últimos dois anos foram destinadas especialmente para combater a fome e reduzir outras adversidades decorrentes da pandemia do Covid-19 (Sescoop/RS, 2022a). Essa característica também é observada em todo Brasil de maneira ampla, já que em 2021, foram mais de 5 milhões de beneficiados, 145 mil voluntários e 2,2 mil iniciativas, das quais 1.846 ações voltadas à redução dos efeitos da pandemia (Sistema OCB, 2022).

Gráfico 1 – Número de ações realizadas no Dia C pelas cooperativas gaúchas – 2017 a 2021



Fonte: elaborado pelos autores a partir do Banco SIS Dia C (2017, 2018, 2019 e 2021).

A Tabela 2 apresenta os resultados das ações do Dia C de acordo com as quatro dimensões da Agenda 2030 e seus respectivos ODS, para o período de 2017 a 2020. Nos anos analisados, todas as ODS tiveram ações realizadas, porém em quantidades diferentes.

Tabela 2 - Ações do Dia C agrupadas por dimensão, ODS, total das cooperativas - 2017 a 2020

Dimensão	ODS	2017	2018	2019	2020
Social	1	48	62	14	54
	2	24	40	26	79
	3	159	208	173	176
	4	67	76	69	21
	5	21	17	2	0
	10	15	67	27	10
Ambiental	6	10	7	2	1
	7	2	4	1	0
	12	17	28	4	4
	13	17	18	5	2
	14	7	11	1	0
	15	28	39	12	5
Econômico	8	9	14	3	5
	9	0	6	5	0
	11	48	35	30	15
Institucional	16	16	15	2	4
	17	17	12	3	1

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Banco SIS Dia C (2017, 2018, 2019 e 2021).

No conjunto das ações do Dia C, a maioria está relacionada à dimensão social, a qual busca atender às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça. Destacam-se, nesse contexto, o ODS 3, que objetiva assegurar uma vida saudável e promover bem-estar para todos e em todas as idades; o ODS 4, que tem finalidade assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e para o ODS 2, que propõe erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, especialmente em 2021, quando se observa maior insegurança alimentar decorrente dos impactos causados pelo Covid-19 e aumento da inflação no país, conforme estudo divulgado pela Rede Pessan (2022).

Em segundo lugar, estão as ações relacionadas à dimensão ambiental, com ênfase para o ODS 15, que diz respeito à proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres e para o ODS 12, que objetiva assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Em seguida, tem-se as ações relacionadas à dimensão econômica com destaque para o ODS 11, que visa tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Por último, estão as ações relacionadas à dimensão institucional, com menor representatividade, sendo que em 2021 apenas 1 ação relacionada foi desenvolvida.

Cabe ressaltar que a classificação de acordo com os ODS foi realizada pelas cooperativas, mas quando se analisa cada uma das ações, percebe-se que uma mesma ação pode contribuir com o alcance de mais de um dos ODS, como é o caso da arrecadação de alimentos destinados para entidades assistenciais. Em mais de um caso, a cooperativa que desenvolveu a ação informou que ela contribuiu tanto para o ODS 3 como também para o ODS 2. Outro exemplo é o desenvolvimento de workshops direcionados às mulheres cooperadas, cujo objetivo é proporcionar uma maior integração entre elas, melhora das condições de trabalho e da autoestima da mulher. Esta ação foi relacionada com a promoção do ODS 3, e em alguns casos, também com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), cujo objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esses exemplos reforçam a característica dos ODS, os quais possuem caráter transversal e indivisível.

Em contrapartida, o estudo das informações também revelou que alguns ODS ainda carecem do desenvolvimento de mais ações. Por exemplo, em 2020 e 2021, não foram registradas ações voltadas ao ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 7 (Energia acessível e limpa), ODS 14 (Vida na água) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura). Entretanto, observa-se que, nestes dois últimos anos, as ações foram concentradas em áreas mais fragilizadas pela pandemia, envolvendo a fome, a promoção da saúde e bem-estar e a pobreza. Ademais, cabe mencionar ainda que as ações do Dia C são uma das diversas ações que as cooperativas desenvolvem em prol de seus cooperados e comunidades em que estão envolvidas, de modo que as cooperativas podem estar desenvolvendo outras ações em prol dos ODS não contemplados nesta análise, e que serão objeto de futuras investigações.

A análise das ações desenvolvidas também demonstra que, embora a maior parte destas tenham sido desenvolvidas por cooperativas de crédito e cooperativas agropecuárias (responsáveis por 85,7% e 8% das atividades, respectivamente em 2020), todos os diferentes ramos do cooperativismo realizaram ações no período analisado, contribuindo para o alcance dos ODS. Ressalta-se ainda que no banco de dados, também havia algumas cooperativas sem ramo identificado (Tabela 3).

Tabela 3 - Características das ações desenvolvidas pelas cooperativas do RS no Dia C - 2017 a 2020

Ramos	2017			2018			2019			2020		
	Ações	Pessoas beneficiadas	Voluntários									
Agropecuário	23	23.826	1.579	35	38.682	1.513	34	29.397	1.093	30	60.184	1.092
Consumo	4	1.406	227	9	2.321	493	9	2.894	734	2	400	26
Crédito	174	124.416	5.711	215	150.473	6.217	307	83.325	6.756	323	355.516	6.674
Infraestrutura	4	27.580	54	7	30.264	269	9	28.730	942	4	5.541	83
Saúde	7	2.502	279	8	4.382	967	8	4.656	565	9	9.838	448
Trabalho, produção de Bens e Serviços	1	406	37	4	895	92	2	405	47	1	20	27
Transporte	1	30	10	3	660	55	4	2.346	74	4	192	24
Sem Ramos	4	22.286	142	11	23.379	235	6	14.432	146	4	300	114
Total	218	202.452	8.039	292	251.056	9.841	379	166.185	10.357	377	431.991	8.488

Observações:

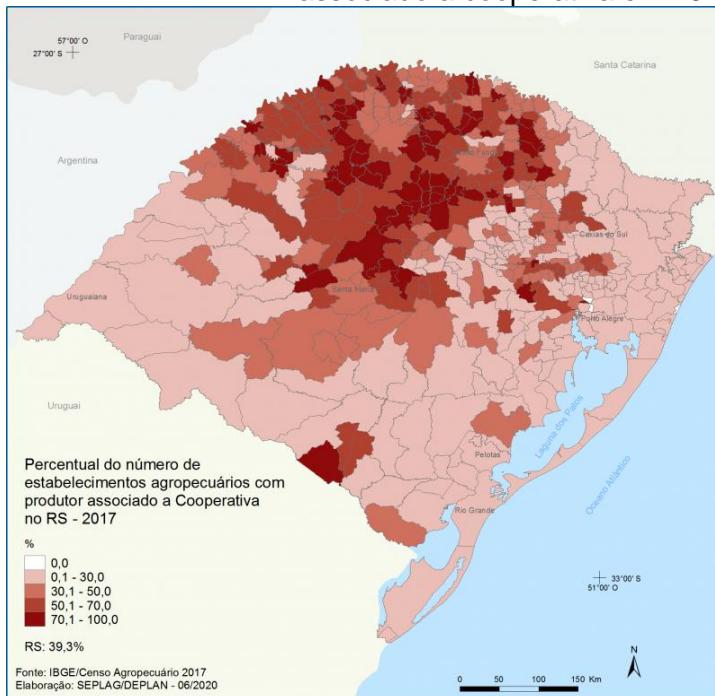
1. A tabela foi construída com base na nova classificação de ramos do cooperativismo elaborada em 2020, a qual divide as cooperativas em sete ramos. O antigo ramo “produção” foi acrescentado ao ramo “Trabalho, produção de bens e serviços”. O antigo ramo “educacional” foi incorporado ao “consumo”. Já o antigo ramo “habitacional”, agora integra a “infraestrutura”.

2. Para 2021, tem-se apenas os dados consolidados do número de ações (382), beneficiados (280.122) e voluntários (16.377).

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Banco SIS Dia C (2017, 2018, 2019 e 2021).

Em relação às cooperativas agropecuárias, no RS aproximadamente 39% dos estabelecimentos rurais possuem agricultores vinculados a esse tipo de organização, enquanto no Brasil este percentual é de 11% (IBGE, 2019). E conforme Figura 1, os estabelecimentos estão distribuídos por todo o Estado, porém com maior concentração em algumas regiões do RS. Os estabelecimentos associados a cooperativas são uma realidade, seja na agricultura familiar ou não familiar, especialmente na produção de grãos (Atlas, 2021). Essa distribuição demonstra que as ações do Dia C das cooperativas agropecuárias estão presentes em todas as regiões do RS e corrobora com a importância dos dados da Tabela 3.

Figura 1 - Percentual do número dos estabelecimentos agropecuários com produtor associado a cooperativa em 2017



Fonte: Atlas (2021)

Além disso, um número crescente de voluntários tem se envolvido com as ações desenvolvidas pelas cooperativas gaúchas, de modo que em 2017 foram 8.039 e em 2021, 16.377 pessoas participaram do desenvolvimento das ações do Dia C. Já o público beneficiado foi de 202.452 pessoas em 2017, passando para 251.056 em 2018, 166.185 em 2019, 431.991 em 2020 e 280.122 pessoas em 2021. Estes dados evidenciam a capacidade de mobilização das cooperativas e sua capacidade de contribuir com o alcance dos ODS, conforme também destacado em outros estudos (Guadaño, Millan e Pedroza, 2020; Diáz De León *et al.*, 2021; Landin,

2020; Gouveia, 2016; Barba Bayas e Morales Noriega, 2019; Castilla-Pollo e Sánchez-Hernández, 2020).

Adicionalmente, a fim de averiguar o quanto o cooperativismo é capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico e social das comunidades, por meio da promoção do trabalho decente (Jacques, Verginio e Estevam, 2020), foram analisadas algumas informações sobre o mercado de trabalho.

Em 2020, as cooperativas gaúchas oportunizaram 66.106 empregos, especialmente junto ao setor de alimentos e bebidas (23,8%), às instituições financeiras (22,3%), comércio varejista (14,9%) e comércio atacadista (14,8%), de modo que os quatro setores juntos foram responsáveis por 75,8% dos empregos formais de natureza jurídica vinculada às cooperativas no RS. Em contrapartida, observa-se que nas demais entidades empresariais, os vínculos de empregos estão melhor distribuídos entre os setores, de modo que os quatro principais setores (comércio varejista, administração técnica profissional, transportes e comunicação e alimentos e bebidas) representam 51,2% (Tabela 4).

Tabela 4 – Vínculos ativos no Rio Grande do Sul segundo subsetor do IBGE para as cooperativas e demais entidades - 2020

Subsetores IBGE	Cooperativas (a)	a %	demais entidades (b)	b %	Total entidades empresariais (a + b = c)	c %
Extrativa Mineral	4	0,0	5.684	0,3	5.688	0,3
Prod. Mineral Não Metálico	16	0,0	17.156	0,9	17.172	0,8
Indústria Metalúrgica	5	0,0	60.881	3,1	60.886	3,0
Indústria Mecânica	27	0,0	71.714	3,7	71.741	3,5
Elétrico e Comunic	0	0,0	14.578	0,7	14.578	0,7
Material de Transporte	0	0,0	39.559	2,0	39.559	2,0
Madeira e Mobiliário	41	0,1	50.390	2,6	50.431	2,5
Papel e Gráf	0	0,0	20.529	1,0	20.529	1,0
Borracha, Fumo, Couros	0	0,0	37.575	1,9	37.575	1,9
Indústria Química	0	0,0	48.759	2,5	48.759	2,4
Indústria Têxtil	71	0,1	27.898	1,4	27.969	1,4
Indústria Calçados	1.149	1,7	66.375	3,4	67.524	3,3
Alimentos e Bebidas	15.711	23,8	140.302	7,2	156.013	7,7

Serviço Utilidade Pública	2.091	3,2	20.541	1,0	22.632	1,1
Construção Civil	63	0,1	97.003	5,0	97.066	4,8
Comércio Varejista	9.876	14,9	474.785	24,2	484.661	23,9
Comércio Atacadista	9.802	14,8	87.332	4,5	97.134	4,8
Instituição Financeira	14.720	22,3	36.274	1,9	50.994	2,5
Adm Técnica Profissional	2.822	4,3	227.879	11,6	230.701	11,4
Transporte e Comunicações	559	0,8	160.453	8,2	161.012	8,0
Aloj Comunic	664	1,0	138.819	7,1	139.483	6,9
Médicos Odontológicos Vet	7.096	10,7	50.986	2,6	58.082	2,9
Ensino	64	0,1	35.641	1,8	35.705	1,8
Administração Pública	0	0,0	1.043	0,1	1.043	0,1
Agricultura	1.325	2,0	26.037	1,3	27.362	1,4
Total	66.106	100,0	1.958.193	100,0	2.024.299	100,0

Fonte: Elaborado a partir da RAIS, Ministério da Economia (Brasil 2022).

Já a Tabela 5 apresenta informações sobre a remuneração dos vínculos ativos, demonstrando que as cooperativas, de forma geral, remuneram melhor os seus trabalhadores, conforme também já havia sido destacado pelo SESCOOP/RS (2022a). Enquanto nas demais entidades empresariais do RS, 60,4% dos trabalhadores recebem até dois salários-mínimos, nas cooperativas somente 41,5% recebem esta remuneração. Se considerar a faixa entre dois salários-mínimos e quatro salários, tem-se 37,2% dos vínculos cooperativos, ante 24,9% das demais entidades. Além disso, 18,6% dos vínculos cooperativos recebem acima de quatro salários-mínimos, enquanto nas demais entidades empresariais essa participação alcança apenas 9,9%. Assim, com base nos dados, pode-se afirmar que as cooperativas contribuem para o alcance de maiores rendimentos.

Tabela 5 – Faixa de Remuneração dos vínculos ativos do Rio Grande do Sul segundo cooperativas e demais entidades - 2020

Salário-Mínimo	Cooperativas (a)	a %	demais entidades (b)	b %	Total entidades empresariais (a + b = c)	c %
Até 0,50	238	0,4	14.110	0,7	14.348	0,7
0,51 a 1,00	1.378	2,1	138.332	7,1	139.710	6,9
1,01 a 1,50	9.757	14,8	566.308	28,9	576.065	28,5

1,51 a 2,00	16.068	24,3	463.492	23,7	479.560	23,7
2,01 a 3,00	17.868	27,0	354.083	18,1	371.951	18,4
3,01 a 4,00	6.753	10,2	133.794	6,8	140.547	6,9
4,01 a 5,00	4.081	6,2	64.835	3,3	68.916	3,4
5,01 a 7,00	3.867	5,8	56.650	2,9	60.517	3,0
7,01 a 10,00	2.358	3,6	36.261	1,9	38.619	1,9
10,01 a 15,00	1.385	2,1	20.678	1,1	22.063	1,1
15,01 a 20,00	357	0,5	7.643	0,4	8.000	0,4
Mais de 20,00	220	0,3	6.942	0,4	7.162	0,4
{ñ class}	1.776	2,7	95.065	4,9	96.841	4,8
Total	66.106	100,0	1.958.193	100,0	2.024.299	100,0

Fonte: Elaborado a partir da RAIS, Ministério da Economia (BRASIL, 2022).

Em termos de escolaridade, os dados indicam que o principal grupo é de trabalhadores com ensino médio completo em ambos os grupos (entre as demais entidades representam 50,5% dos trabalhadores, enquanto no grupo de cooperativas 34,8%) (Tabela 6). Além disso, é possível verificar que a participação do grupo com ensino superior incompleto ou completo é maior entre os vínculos cooperativos (37,7%), se comparado às demais entidades empresariais (18,6%). Estes dados estão alinhados com o quinto princípio do cooperativismo, que busca a promoção da educação, formação e informação de todos os envolvidos com o sistema cooperativo (ICA, 2022).

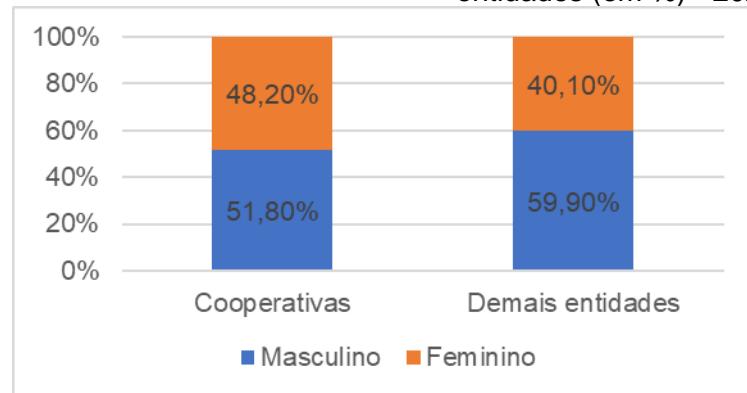
Tabela 6 – Escolaridade dos vínculos ativos do Rio Grande do Sul segundo cooperativas e demais entidades - 2020

	Cooperativas (a)	a %	demais entidades (b)	b %	Total entidades empresariais (a + b = c)	c %
Analfabeto	645	1,0	3.291	0,2	3.936	0,2
Até 5ª Incompleto	1.368	2,1	37.848	1,9	39.216	1,9
5ª Completo Fundamental	1.483	2,2	38.864	2,0	40.347	2,0
6ª a 9ª Fundamental	5.528	8,4	146.923	7,5	152.451	7,5
Fundamental Completo	4.644	7,0	205.768	10,5	210.412	10,4
Médio Incompleto	4.515	6,8	171.580	8,8	176.095	8,7
Médio Completo	22.973	34,8	989.534	50,5	1.012.507	50,0
Superior Incompleto	7.544	11,4	133.910	6,8	141.454	7,0
Superior Completo	17.406	26,3	230.475	11,8	247.881	12,2
Total	66.106	100,0	1.958.193	100,0	2.024.299	100,0

Fonte: Elaborado a partir da RAIS, Ministério da Economia (BRASIL, 2022).

O sistema cooperativo também contribui para a maior igualdade de gênero, uma vez que a participação das mulheres no total de vínculos é 48,2%, enquanto nas demais entidades empresariais as mulheres representam 40,1% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação por gênero nos vínculos de trabalho para cooperativas de demais entidades (em %) - 2020



Fonte: Elaborado a partir da RAIS, Ministério da Economia (BRASIL, 2022).

A remuneração das mulheres de forma geral é superior nas cooperativas em comparação ao setor empresarial. A Tabela 6 apresenta o percentual de participação por faixa de remuneração, segundo gênero do trabalhador, em cooperativas e demais setores empresariais no RS em 2020. As principais faixas de remuneração das mulheres em cooperativas estão concentradas nas faixas de valores entre 1,51 a 2,00 salários-mínimos (SM) e 2,01 a 3,00 SM, somando 52%, enquanto para as demais entidades, 59,6% mulheres recebem entre 1,01 e 1,50 SM e 1,51 e 2,00 SM.

Tabela 6 – Participação por faixa de remuneração, segundo gênero do trabalhador, em cooperativas e demais setores empresariais no RS (em %) - 2020

	Cooperativas				Demais entidades			
	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%
Até 0,50 SM	96	0,3	142	0,4	6.373	0,5	7.737	1,0
0,51 a 1,00 SM	578	1,7	800	2,5	54.502	4,6	83.830	10,7
1,01 a 1,50 SM	4.323	12,6	5.434	17,0	269.090	22,9	297.218	37,9
1,51 a 2,00 SM	8.242	24,1	7.826	24,6	293.199	25,0	170.293	21,7
2,01 a 3,00 SM	9.121	26,6	8.747	27,4	256.153	21,8	97.930	12,5
3,01 a 4,00 SM	3.732	10,9	3.021	9,5	97.301	8,3	36.493	4,7

4,01 a 5,00 SM	2.119	6,2	1.962	6,2	46.192	3,9	18.643	2,4
5,01 a 7,00 SM	2.074	6,1	1.793	5,6	40.171	3,4	16.479	2,1
7,01 a 10,00 SM	1.505	4,4	853	2,7	25.136	2,1	11.125	1,4
10,01 a 15,00 SM	1.039	3,0	346	1,1	15.045	1,3	5.633	0,7
15,01 a 20,00 SM	266	0,8	91	0,3	5.594	0,5	2.049	0,3
Mais de 20,00 SM	177	0,5	43	0,1	5.379	0,5	1.563	0,2
{não class}	958	2,8	818	2,6	59.277	5,1	35.788	4,6
Total	34.230	100,0	31.876	100,0	1.173.412	100,0	784.781	100,0

Fonte: Elaborado a partir da RAIS, Ministério da Economia (BRASIL, 2022).

Neste contexto, Cotrim, Teixeira e Proni (2020) analisaram estudos que demonstram uma redução do *gap* salarial existente entre homens e mulheres desde 2004, embora essa redução seja lenta e desigual. Segundo os autores, as desigualdades de gênero estão associadas especialmente a segregação ocupacional e nos diferenciais de rendimento, pois mesmo que a participação das mulheres tenha crescido no mercado de trabalho no período recente, sua colocação ocorre em ocupações e setores tradicionalmente já ocupados por mulheres, persistindo as desigualdades salariais e em grupos ocupacionais (Cotrim; Teixeira e Proni, 2020).

Conforme observaram Martinez-Leon *et al.* (2020), as cooperativas geram oportunidades profissionais para as mulheres em cargos gerenciais e propiciam maior igualdade de gênero. No entanto, os dados gaúchos evidenciam que embora as cooperativas contratem com maior equilíbrio de gênero (Gráfico 2), quando se analisa os rendimentos, também se constatam diferenças, ainda que menores que as observadas nas demais entidades (Tabela 6).

Ainda assim, cabe mencionar que a participação das mulheres nas faixas de remuneração superior, normalmente associados a cargo de chefia, ainda é menor em ambos os grupos. Ademais, os resultados encontrados para o Estado corroboram as conclusões encontradas por Jacques, Verginio e Estevam (2020), que estudaram as contribuições das cooperativas brasileiras para a geração de empregos decentes. Cermelli e Llamosas Trápaga (2021) destacam que as

cooperativas ao longo da história conseguiram demonstrar maior resiliência e menos perda de emprego, como na crise de 2008, tendo em vista que aplicam os princípios cooperativistas, ou seja, a responsabilidade social faz parte da própria natureza das cooperativas.

Considerações Finais

O cooperativismo é um modelo de organização social que além de possuir uma importância econômica, apresenta características que podem ajudar a promover e contribuir para o alcance das condições para um desenvolvimento local sustentável. Os seus princípios e valores, em especial o sétimo princípio interesse pela comunidade, fazem com que haja uma aproximação com as comunidades em que atuam, o que permite a construção conjunta de soluções aos problemas comuns a todos, sejam de natureza econômica, social ou ambiental.

Conforme os dados analisados, no RS, o modelo cooperativista tem crescido e se fortalecido no período recente. Os resultados, sob a perspectiva econômica, demonstram que, além do quantitativo de emprego e renda gerados pelas cooperativas, é possível identificar diferenças quanto à sua qualidade. As cooperativas se sobressaem em relação às demais entidades por gerarem empregos com maior remuneração, bem como os postos de trabalho são ocupados por trabalhadores com maior escolaridade e empregam mais mulheres com melhor remuneração.

Por outro lado, percebe-se que as cooperativas atuam além de suas atividades fins, ou seja, estão engajadas com o seu entorno e em prol do desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. As ações do Dia C são um movimento de responsabilidade social expressivas e ganharam força a partir de 2017, quando as cooperativas aderiram à Agenda 2030. Os resultados até aqui encontrados são expressivos, especialmente em relação ao impacto na ODS 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar, por outro lado, não se tem uma avaliação sobre a efetividade destas ações, o quanto de fato contribuem para uma mudança nos territórios. Existe uma grande mobilização de cooperados,

voluntários, e condições que são criadas, porém não é possível afirmar o quanto interferem no desenvolvimento local tendo em vista que as ações são em maioria pontuais, não possuem continuidade após o Dia C.

Tem-se presente as particularidades de cada um dos ramos, acredita-se que isso possa ser uma limitação, pois cada ramo pode apresentar resultados distintos, sendo assim os resultados devem ser interpretados de maneira setorial e não individual de cada um dos ramos. As cooperativas estão presentes no território gaúcho, como no caso das cooperativas agropecuárias, porém de forma desigual. Para tanto, faz-se necessário aprofundar e estudar as informações de maneira desagregada, por regiões e por ramo de atuação. Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos qualitativos para identificar outras ações desenvolvidas pelas cooperativas e analisar como as comunidades se sentem atendidas pelas cooperativas, visando conhecer mais ações concretas sobre e o efeito das cooperativas na comunidade.

Agradecimentos: Este estudo contou com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Agradecimento a Gabriel Bersch, Bolsista de Iniciação Científica, pelo auxílio na coleta dos dados.

REFERÊNCIAS

ATLAS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental.** 6a Edição. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/cooperativismo-na-producao-agropecuaria>. Acesso em 22 de maio de 2025.

BARBA BAYAS, D. R; MORALES NORIEGA A. M. Cooperativismo y desarrollo sostenible en el Ecuador. **Ciencia Digital** 3(3.2): 150-171. 2019. DOI: <https://doi.org/10.33262/cienciadigital.v3i3.2.725>.

BARDEN, J. E. et al.. **Cartilha para autoavaliação da sustentabilidade em cooperativas.** Canoas: Consultor Editorial, 2025. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/ad4bd46c-90bf-49a8-8c5c-ed1c9a18ade4>. Acesso em 22 de maio de 2025.

BARRETO, R. de O.; PAULA, A. P. P. de.. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, 7(2), 199–213. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-9512009000200003>.

BASTIDA, M. et al.. Fostering the Sustainable Development Goals from an Ecosystem Conducive to the SE: The Galician's Case. **Sustainability** 15 (500): 1-17. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12020500>.

BASTIDA, M.; VAQUERO, A.; CANCELO, M. La contribución de la ley de economía social de Galicia al desarrollo territorial y a la mejora del empleo. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos** 134 e69174. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5209/reve.69174>

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2022. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 11 nov. 2022.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

CANQUERINO Y. K.; BERTOLINI G. R. F. A discussão científica sobre o cooperativismo e o desenvolvimento local. **Gepec** 23(2): 9-28. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/20423>. Acesso em: 26 maio. 2025.

CARVALHO, A. D. de; DOS SANTOS, R. A.; PIZZINATTO, N. K.; GIULIANI, A. C. Cooperativismo: as dificuldades estratégicas na implementação da gestão. **XIX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, de 04 a 05 de dezembro de 2017. São Paulo: USP, 2017.

CASTILLA-POLO F., SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ M. I. Cooperatives and sustainable development: A multilevel approach based on intangible assets. **Sustainability** 12(10): 4099. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12104099>.

CERMELLI, M.; LLAMOSAS TRÁPAGA, A. Objetivos de Desarrollo Sostenible, crecimiento económico y trabajo decente: las cooperativas como una vía para la consecución de los objetivos. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**, n. 59, p. 339-361, 21 dic. 2021. Disponível em: <https://baidc.revistas.deusto.es/article/view/2109>. Acesso em 26 de maio de 2025.

CONTRIM L. R.; TEIXEIRA M.O.; PRONI M. W. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, 383. 2020.

DAYA S., AUTHAR R. Self, others and objects in an 'alternative economy': Personal narratives from the Heiveld Rooibos Cooperative. **Geoforum** 43(5): 885-893. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.03.017>.

Dia C 2022. Relatórios do Dia de Cooperar. **Sistema OCB**. 2022. Disponível em: <http://diac.somoscooperativismo.coop.br/>. Acesso em 10 out. 2022.

DIÁZ DE LEÓN D. D.; FRAGOSO O. D.; RIVERA I.; RIVERA G. Cooperatives of Mexico: Their Social Benefits and Their Contribution to Meeting the Sustainable Development Goals. **Social Sciences** 10(5): 1-19. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci10050149>

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo. M. Books do Brasil Editora Ltda. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7^a ed. Barueri [SP]: Atlas. 2022.

GOUVEIA, R. As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Documentos de Discusión. IV Cumbre Cooperativa de las Américas** “Cooperativas: Asociatividad para el Desarrollo Sostenible” 14 – 18 de noviembre de 2016, Montevideo - Uruguay. 2016.

GUADAÑO J. F.; MILLAN M. L.; PEDROZA J. S. Cooperative Entrepreneurship Model for Sustainable Development. **Sustainability** 12(13): 5462. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12135462>

ICA. International Cooperative Alliance. **Cooperative identity, values & principles. 2022**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

ILO. International Labour Office. **The Role of Cooperatives in Achieving the Sustainable Development Goals - the economic dimension**. Nairobi. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/Schwettmann.pdf>. 2014.

ICA, ILO. **World of work report 2014**: Developing with jobs / International Labour Office. – Geneva. 2014. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/media/library/ilo-world-work-report-2014>. Acesso em 16 de set. de 2022.

JACQUES, C. da G., VERGÍNIO M. R. C., ESTEVAM D. de O. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Cooperativismo: Geração de empregos formais em cooperativas no Brasil e Trabalho Decente. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate - RDSD** 6(3). 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/6318>. Acesso em: 26 maio. 2025.

LANDIN, S. A. A missing tool to achieve the UN 2030 Agenda Goal n.8: a proposal for a regulatory framework at a federal level regarding worker cooperatives in the USA. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, 99: 89-117. 2020. Disponível em: https://ciriec-revistaeconomia.es/wp-content/uploads/CIRIEC_9904_Arana.pdf. 26 de maio de 2025.

LONDERO, P. R.; STANZANI, L. M. L.; SANTOS, A. dos. Análise Uma análise da contribuição econômica e social das cooperativas agropecuárias brasileiras pela Demonstração do Valor Adicionado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. I.], v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/2149>. Acesso em: 26 maio. 2025

MALHOTRA; N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman 7. Ed. 2019.

MARQUES, H. R.; COSTA, J. O. da. O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da cooperativa de crédito Sicredi União MS/TO – Comitê Ação Social. **Interações** (Campo Grande), [S. I.], v. 22, n. 2, p. 531–541, 2021. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2961>. Acesso em: 26 maio. 2025

MARTINEZ-LEON I. M.; OLMEDO-CIFUENTES I.; MARTÍNEZ-VICTORIA M. C.; ARCASTARIO N. Leadership style and gender: a study of Spanish cooperatives. **Sustainability**, 12(12): 5107. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12125107>

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo e ONU firmam parceria**. 2018. Disponível em <https://www.somoscooperativismo.coop.br/noticia/21138/cooperativismo-e-onu-oficializam-parceira>. Acesso em 05 de nov. 2022.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo 2022**. 2022. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 05 de jul. de 2022.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo 2023**. 2024. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 26 de maio de 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

OURO-SALIM, O. **Crise de identidade no cooperativismo: um estudo de caso na cooperativa agropecuária de Catalão**. 2018. 108 f. Dissertação (Programa de Pósgraduação em Gestão Organizacional – Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018

REDE PESSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

SACHS, Y. **Desenvolvimento**: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHNEIDER, J. O. O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável. **Extensão Rural** 8: 65–85, 2001.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2018**: ano base 2017. 2018. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2018/07/secooprs-expressao-cooperativismo-gauch-2018.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2022.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2019**: ano base 2018. 2019. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2019/07/expressao-cooperativismo-gauch-2019-07-03.pdf>. Acesso em 07 jul. de 2022.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2020**: ano base 2019. 2020. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/expressao-cooperativismo-gauch-2020-ano-base-2019-consolidado.pdf>.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021**: ano base 2020. 2021. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gauch-2021.pdf>. Acesso em 15 nov. 2022.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2022**: ano base 2021. 2022a. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2022/06/dados-cooperativismo-2022-final.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.

SESCOOP/RS. **Dia C beneficia mais de 280 mil pessoas no Rio Grande do Sul em 2021**. 2022b. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/noticias/2022/01/20/dia-c-beneficia-mais-de-280-mil-pessoas-no-rio-grande-do-sul-em-2021/#:~:text=O%20Dia%202021%20contabilizou,dificuldades%20impostas%20pela%20Covid%2D19>. Acesso em 04 set. 2022.

SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2024**: ano base 2023. Disponível em: <https://somoscooperativismo-rs.coop.br/images/rs/publicacoes/expressao-2024.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2025.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. Capítulo 3 Cooperativismo e interesse pela comunidade – o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentável na Cresol Vale Europeu. In: Búrigo FL, Rover OJ, Ferreira RG (orgs).

Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul-americanos. Florianópolis: Letras contemporâneas. 2021.

SISTEMA OCB. **Anuário Coop 2022**. 2022. Disponível em: https://anuario.coop.br/mundo/cooperativismo_ods/. Acesso em 05 out. 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOMMERVILLE, P. Co-operative Identity. **Journal of Co-operative Studies**, 40.1, 2007.

STOLL, J.; POON, J. P. H.; HAMILTON, T. Sustainable Practice? An Examination of Canada's Agricultural and Energy Cooperatives. **The Professional Geographer**, 67(2): 187-194. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/00330124.2014.921021>.

VILA PÉREZ, O. L., et. al.. El cooperativismo y su contribución al desarrollo local: Estudio de caso en el Municipio Cienfuegos. **Journal of Management & Business Studies**, 3(1), 1–21. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32457/jmabs.v3i1.1571>.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Fernanda Cristina W. Sindelar – Concepção e elaboração do manuscrito. Coleta de dados. Participação ativa da discussão dos resultados. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Júlia Elisabete Barden – Captação dos recursos junto à Fapergs e ao CNPq. Concepção e elaboração do manuscrito. Análise dos dados. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Carlos Cândido da Silva Cyrne - Concepção e elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). sob termo de outorga nº 21/2551-0002192-6. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, sob Processo: 404217/2022-2.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 13-06-2023

Aprovado em: 20-10-2025